



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18/03/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2015 para debater o Projeto de Lei 521/14, do Vereador Laércio Benko, que dispõe sobre a instituição da data base para atualização de tarifas dos serviços de táxis no Município de São Paulo e dá outras providências.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Para compor a Mesa, convido os Srs. Daniel Teles, do Departamento de Transporte Público da Secretaria Municipal de Transporte; ex-vereador Natalício Bezerra, do Sindicato dos Taxistas.

Tem a palavra o Sr. Daniel Teles.

O SR. DANIEL TELES RIBEIRO – Boa tarde a todos. É um prazer estar na Câmara Municipal de São Paulo para contribuir com o PL 521/14, que dispõe sobre a instituição da data base para atualização de tarifas dos serviços de táxis no Município de São Paulo e dá outras providências.

Um dos itens do PL menciona o mês de dezembro e fica autorizada também a cobrança da tarifa referente à bandeira dois em todas as corridas realizadas no mês de dezembro de cada ano, independentemente do horário da realização da corrida.

Vou começar por esse item. Quando é feito o estudo do valor tarifário, esse item compõe a planilha que é elaborada para apurar o valor da tarifa. São considerados os doze meses e também a questão da previsão de um recurso que represente o 13º.

Portanto, isso compõe um dos itens que já integra o valor da tarifa, então, como já compõe o valor da tarifa, eu não vejo como adequada a modificação no mês de dezembro do valor da tarifa já que ela, durante todo o ano, já teve essa previsão no valor da tarifa.

É complicado já que faz parte da memória de cálculo que produz o valor da tarifa, faz parte dos estudos que compõem o valor da tarifa. Essa não é uma questão fácil de ser

superada tendo em vista essa metodologia de cálculo para fixar o valor da tarifa de táxi na cidade de São Paulo. Em relação ao tema exposto: “atualização anual das tarifas dos serviços de táxis no dia 1º de maio de cada ano”. Acho que precisaríamos estudar isso um pouco mais.

Pelo que vejo o valor da tarifa é significativo, e a remuneração obtida pelos taxistas é boa para eles.

Recentemente, por exemplo, no final do ano, foi feita uma atualização dos valores e unificado o padrão de cobrança em relação à região metropolitana, porque havia uma diferença em relação ao Aeroporto de Guarulhos, em cujas viagens não se aplicava o acréscimo correspondente ao retorno do táxi, que tem que retornar sem passageiro.

Com isso, para todos os Municípios da região metropolitana de São Paulo foi instituído os 50% a mais no valor da corrida, a fim de restituir o custo da volta sem passageiro, pela proibição de pegá-lo em outros Municípios. Aliás, as multas são salgadas sobre isso.

Essa questão precisava ser e foi resolvida em toda a região metropolitana com a padronização do adicional de 50% quando há o retorno para a cidade de São Paulo.

A questão da tarifa também não se restringe às datas. Há outras questões de políticas públicas que acabam influenciando como, por exemplo, na cidade de São Paulo, a partir de 2013, a atual Gestão tem feito um trabalho para que melhore o serviço de táxis na Cidade e o atendimento ao cidadão.

Um exemplo prático em relação às faixas exclusivas: quando essa Gestão assumiu havia poucos quilômetros de faixas exclusivas na cidade de São Paulo. Essa Administração tomou como prioridade o transporte público e a construção de faixas exclusivas.

Em seguida, depois de amplo debate e estudo, chegou-se a um entendimento de que poderíamos autorizar os táxis circularem nas faixas exclusivas, quando com passageiros.

Para terem uma ideia do que isso significa: hoje, os dados da CET são de 470 quilômetros de faixas exclusivas à direita construídas na cidade de São Paulo.

Até abril serão 481 quilômetros de faixas exclusivas instaladas. Vai chegar a 481

quilômetros. Já são 470 instalados. Para termos uma ideia desses 470 quilômetros vamos fazer um comparativo. Daqui até o Rio de Janeiro são 436 quilômetros. Então imaginem uma via da cidade de São Paulo até o Rio de Janeiro em que é autorizado o táxi circular. Ali só pode andar o ônibus e o táxi. Então imaginem esses 470 quilômetros. É mais do que daqui ao Rio de Janeiro.

Outro parâmetro: da Régis Bittencourt até Curitiba são 405 quilômetros. Para quem anda em São Paulo, para ter uma ideia, pela Castelo Branco são 315 quilômetros até o final dela. E o Município já fez 470 quilômetros de faixas exclusivas em que o táxi pode circular.

Então acredito que isso também influencia em toda política que envolve esse setor. Também essa gestão, no ano passado, fez a isenção do ISS para as cooperativas e associações de rádio táxi. Em São Paulo, até o início dessa gestão, as associações e cooperativas de rádio táxi tinham de pagar ISS. A partir do ano passado entrou em vigência a nova regra que isenta as associações e cooperativas do pagamento de ISS. Essa também é uma política que influencia a questão do setor.

Na esfera federal, a Presidente Dilma fez a lei que isentou o PIS/COFINS, que é aquela contribuição que as associações e cooperativas de rádio táxi também precisavam recolher. Muitas cooperativas e associações entravam em juízo e faziam o depósito em juízo do valor do PIS/COFINS. E nessa medida da Presidente Dilma, ela também fez a remissão, ou seja, o perdão da dívida do período anterior.

Então muitas cooperativas e associações puderam reaver os valores que estavam depositados em juízo, proveniente dessa decisão da Presidente Dilma que ajudou muito as associações e cooperativas de rádio táxi de todo o Brasil, não só de São Paulo. Aqui temos a Cooperativa Vermelho e Branco, há várias cooperativas em São Paulo e todas foram beneficiadas com a isenção do PIS/COFINS e a remissão da dívida dos períodos anteriores em que essas pessoas jurídicas foram constituídas e muitas estavam fazendo seus depósitos em juízo. Essa também foi uma política muito importante.

No ano passado, até final de 2013, início de 2014, o Município de São Paulo criou vagas de pontos privativos e outras que foram criadas e fizemos o sorteio de pontos de táxi. Foram mais de duas mil vagas abertas em pontos de táxi. E esses pontos de táxi tiveram suas vagas preenchidas. E agora suspendemos um pouco os sorteios, porque está tendo modificação na sinalização na região central, então estamos aguardando, para que possamos reavaliar a questão dos pontos privativos na região e também fazer as modificações que precisam ser feitas.

Recentemente, fizemos uma alteração, para que o taxista não precise cumprir aquele tempo que exigia acessar o rádio táxi, para acessar o especial e para acessar o luxo. Também fizemos essa medida, que eu acredito que ajuda muito a questão do acesso dos taxistas que querem ir para a categoria do rádio táxi, que querem ir para o especial ou que querem ir para o luxo. Também foi uma medida recente, que acredito que beneficia muito a categoria.

Outra medida foi a manutenção do taxista quando ele sai. Ele permanece com o ponto, não perde o ponto ao mudar para a categoria rádio comum. Ele permanece com o ponto privativo ao qual ele estava vinculado. São medidas importantíssimas que foram feitas recentemente para melhorar essa questão do serviço de táxi.

Também tivemos em São Paulo um debate muito importante sobre os alvarás de táxi. Todos que acompanham devem lembrar que houve uma decisão judicial que havia suspenso os alvarás de táxi na cidade de São Paulo, e nós fizemos todo o debate, toda a discussão jurídica desse tema no judiciário. Atualmente, a decisão da primeira instância é de que estão mantidos todos os alvarás de táxi na cidade de São Paulo, porque se entendeu que os alvarás na cidade, conforme dispõe a lei, provêm de uma autorização, que se deve a um poder discricionário. Também que os sorteios de alvarás preenchem o requisito exigido pelo art. 47 da Constituição, que são os cuidados que a gestão tem que ter na prática dos atos da Administração. Esse foi um assunto que mexeu muito conosco na cidade de São Paulo, e no

momento a decisão está mantida, com discussão de apelação no TJ. Acredito que foi uma decisão muito importante para manter a característica do serviço de táxi na cidade de São Paulo como uma autorizada dada pelo Poder Público para o exercício da atividade econômica.

Essas são algumas considerações que eu faço inicialmente. Não sei se estou falando muito, tomando muito tempo, então vou parar por aqui, porque esse assunto envolve muitos temas, e, se deixar, eu vou falando. Vou dar uma parada, e depois vemos a questão do tempo para fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Nosso problema é o tempo, porque tenho que encerrar essa reunião às 14h, como diz o ditado, “sem choro nem vela”.

Quero chamar, para que faça parte da Mesa, o Sr. Edmilson Americano, Vereador de Guarulhos e diretor-presidente da Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Taxi – Abracomtaxi.

Eu passo a palavra ao nosso ex-Vereador, Presidente do Sindicato dos Taxistas de São Paulo, Natalício Bezerra, sob o mesmo critério: uma exposição breve, para que possamos abrir a palavra aos demais membros da Mesa e demais pessoas do público.

Anuncio também que as inscrições estão-se encerrando. (Pausa) Então, falará quem se inscreveu até a fala do Natalício Bezerra.

Tem a palavra o Sr. Natalício Bezerra.

O SR. NATALÍCIO BEZERRA – Boa tarde. Cumprimento todos e todas. Cumprimento os nobres Vereadores Alfredinho, Laércio Benko, Americano. Agradeço o convite feito a mim e aos companheiros das cooperativas. Vi o texto do projeto de V.Exa., que é bom, contará com meu apoio. Já conversei com a minha diretoria, com alguns companheiros do rádio táxi, presentes.

O projeto é bom, mas São Paulo é uma cidade complicada. O bom do projeto é que ele prevê uma data. Nessa data, poderemos chegar ao Prefeito e cobrar-lhe: “Excelência, dia tal é a nossa data base”. Mas, pelo que li no projeto, isso não impede que, acontecendo

alguma coisa, como aumento de combustível, aumento do preço dos veículos *etc.*, a gente reivindique um aumento.

A questão da bandeira 2 do mês de dezembro, que o Dr. Daniel citou, como ele é um homem público, tem direito de defender o erário. Mas, eu, como taxista e presidente do sindicato, não. Todo trabalhador brasileiro tem o 13º ao final do ano. Ele falou que era inserido na tarifa o valor da bandeira 2 no mês de dezembro, mas não, isso não cabe. A bandeira 2 é independente, é depois das 8 horas da noite até as 6 horas da manhã do dia seguinte e nos domingos e feriados. Então, acho justo que o motorista tenha a bandeira 2 no mês de dezembro, porque o trânsito é caótico, ninguém anda na cidade de São Paulo nesse mês, e o motorista gasta mais combustível e ele próprio tem um desgaste muito grande. Então, é justo que haja bandeira 2 no mês de dezembro.

Quanto ao reajuste de tarifa, às vezes vem um aumento de combustível absurdo na cidade de São Paulo e no Brasil, e o motorista não pode estar pagando para trabalhar. Então, acho muito justo que haja esse dia por ano para podermos cobrar das autoridades. Mas, em razão do sobe e desce do custo de vida, também esse projeto vai nos cercear o direito de pedirmos aumento fora de época, fora desse dia.

Em minha opinião, esse projeto é bom, e a categoria o aceita. Quanto a outras coisas faladas pelo Dr. Daniel, não vou comentar, pois demoraria muito tempo. Porém, Dr. Daniel, os 400km de corredores de ônibus que o senhor citou são importantíssimos. Minha categoria até pode não gostar do que direi, mas essa foi uma medida maravilhosa que o Prefeito fez. O cidadão que tem poder aquisitivo que o possibilita tomar um taxi ou usar o próprio carro, ele pode desviar da rota. E o trabalhador que ganha salário mínimo tem o direito de sair de casa 1 hora mais tarde e chegar 1 hora mais cedo. Só está faltando uma coisa: que os táxis trafeguem pelos corredores de ônibus. Por que isso? Vamos pensar em uma gestante ou em um cidadão que sofreu um infarto: se não têm carro, essas pessoas tomam táxi. Às vezes, têm carro, mas não podem guiar, pois se trata de urgência. O motorista de táxi

desempenha um papel de motorista de ambulância, de carregador de malas, de uma série de coisas. Então, nobre Vereador, V.Exa. tem que falar com o Prefeito – o Dr. Daniel está aqui para nos ajudar – para liberar todos os corredores de ônibus para os táxis. Vou citar o exemplo do Aeroporto de Congonhas: o taxista põe um passageiro no Aeroporto de Congonhas. Para Santana, ele vai em 20 minutos. Vem com o passageiro, o corredor está livre. Ele vai em 20 minutos, mas demora 2 horas para voltar para o Aeroporto. Então, o que ele ganhou na ida, perdeu na volta. Então, é muito justo que esse taxista tenha esse espaço para servir à população, inclusive uma população carente, mais pobre, que não tem o dinheiro para ter o próprio carro.

Então, Vereador, essa propositura de V.Exa. – e não sei se meus companheiros irão gostar -, nós a lemos no sindicato, eu e minha assessoria e nós a aprovamos. Está de parabéns. Espero que a Câmara Municipal a aprove e o Prefeito a sancione, porque, se não sancionar, de nada valeu. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Sr. Natalício Bezerra, Presidente do Sindicato dos Taxistas de São Paulo. Tem a palavra ao Vereador de Guarulhos, Sr. Edmilson Americano.

O SR. EDMILSON AMERICANO – Presidente Alfredinho, muito obrigado pelo convite. Parabéns pela iniciativa de marcar esta audiência pública. Cumprimento ao Diretor Daniel Teles - um abraço a todos os membros do Executivo -, ao Presidente Natalício Bezerra, companheiro nosso de luta do sindicato, atuante na categoria, e Vereador Laércio Benko, do nosso Partido.

Serei breve, procurarei me ater ao projeto. Inicialmente, eu só queria aproveitar a fala do Diretor Daniel Teles para dizer que acho importantes todas as iniciativas feitas para ajudar o taxista. Nós reconhecemos principalmente a Lei 12.865, sancionada pela Presidente Dilma. Nós, da Associação Brasileira das Cooperativas e Associações de Táxis – Abracomtaxi, fomos a Brasília mais de 30 vezes, para uma negociação dura, inclusive com muitas reuniões

com o próprio Advogado Geral da União, Luís Inácio Adams, e todos os atores envolvidos nessa questão.

Aproveito para parabenizar o Vereador Laércio Benko pela iniciativa de realmente dar essa condição ao taxista. Aproveitando a fala do Vereador Natalício, é importante que se faça gestão – e que a categoria também faça gestões – para se aprovar o projeto nesta Câmara de Vereadores, que existe para atender aos anseios da população; mas que nós, representantes da categoria, também façamos gestão. Aí, apelo à sensibilidade do Dr. Daniel, cuja opinião sei que tem peso, para que esse projeto seja sancionado.

Na realidade, esse projeto nada mais é do que conceder ao trabalhar taxista o mesmo direito que todo trabalhador tem. Não dá para um trabalhador ficar quatro anos sem reajuste. Isso, não obstante todos os benefícios e a luta que a Prefeitura de São Paulo tem feito - e eu, como Presidente da Abracomtaxi, reconheço isso, principalmente em relação aos alvarás. É importante que sejam dadas condições para que os taxistas, a cada ano, mantenham seu poder de compra, seu padrão de vida, afinal, tudo tem reajuste.

Diferentemente de um trabalhador comum, que, se ele ficar quatro anos, o valor nominal de salário continuará o mesmo, mas irá perder o poder de compra dele. O do taxista é pior ainda, porque o valor nominal da mão de obra dele vai caindo, além do poder de compra e o salário nominal também vai caindo. Perde a cada ano o poder de compra, a mão de obra, porque o valor do combustível, do pneu, do carro e do seguro aumenta, fora a manutenção da vida pessoal.

Então, foi brilhante a iniciativa do Vereador Laércio Benko, do nosso partido, do qual tenho orgulho de fazer parte da sigla. Temos isso lá em Guarulhos e fico muito feliz em saber do apoio – não poderia ser diferente – do Presidente das Cooperativas, Natalício. Quero saudar também o Luiz Maranhão, que representa todas as cooperativas e associações de motoristas de táxi, mas é importante que a gente repasse a todos os taxistas pelo menos a inflação.

Vereador Laércio, não tive essa felicidade e fiquei preocupado, pois sou autor dessa lei e lá em Guarulhos não estabeleci um índice de reajuste. Talvez seja o caso de conversar com a categoria, está aí o presidente que representa São Paulo mais diretamente. De repente poderá se criar um índice estabelecendo a lei, porque fica mais claro para a população, para o taxista e para o Poder Público e não ficamos naquele entrave e embate todo mês de janeiro.

Outro detalhe é que para a população também é bom, porque reajustando a cada ano, Vereador Adilson, a cada ano se dará apenas a inflação. O impacto não é tão grande. Tenho uma matéria do jornal *Táxi Melhor*, de agosto de 2014, onde numa reunião no sindicato se pleiteava um reajuste e, na época, se falava em um reajuste de 25%, que era o período de inflação. Então, se a gente deixa passar um período longo e aí se reajusta em 25%, aí a única coisa, Daniel, que eu tenho senão com relação à Prefeitura de São Paulo, que sempre atende muito bem os taxistas, reconheço de pronto, mas nesse tema do reajuste não dá para a categoria aceitar. Quatro anos sem reajuste e quando vem, em média, vir quase 8% na média das corridas.

Então, era isso e tenho certeza de que com essa discussão a sensibilidade do Executivo, que sempre andou lado a lado com o taxista, se Deus quiser, esta Casa irá aprovar o projeto do Vereador Laércio Benko. Se Deus quiser, o Prefeito Haddad, com as orientações do setor técnico, sancionará o projeto e tenhamos isso garantido para acabarmos de vez com a discussão e reparemos uma injustiça que infelizmente estamos cometendo com os taxistas.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Edmilson Americano. Convido o Vereador Adilson Amadeu para fazer parte da Mesa.

Tem a palavra o Vereador Laércio Benko, autor do projeto.

O SR. LAÉRCIO BENKO – Obrigado, Presidente Alfredinho.

Cumprimento todos da Mesa, na pessoa do meu Colega de partido, Vereador Americano, grande representante da Guarucoop, uma das maiores referências de cooperativa

de táxi do Brasil, senão do mundo.

Esse projeto, sem dúvida nenhuma, vem da convivência minha com o Americano, da experiência que eu adquire ao lado dele nas discussões partidárias e tudo o que vemos que é bom tendemos a tentar trazer para a nossa cidade. E é uma experiência que temos visto que a cidade de Guarulhos, onde já existe o reajuste anual, já tem sido uma experiência muito positiva para os taxistas dali, não desequilibra, não gera uma insatisfação por parte da população. Respondendo ao nobre Vereador Natalício: é previsto o reajuste com data-base em 1º de maio de cada ano, mas há um parágrafo único no artigo 1º que diz: “Em havendo fatos supervenientes e relevantes, a atualização das tarifas podem ocorrer em período inferior à anualidade” – supondo que volte a inflação ou que haja um reajuste de combustível que desequilibre os serviços dos taxistas, quando ficaria autorizado o reajuste em período inferior a um ano.

O que nós não podemos aceitar é fingir que as coisas estão bem, que está tudo certo e que o taxista não necessita de um reajuste anual, que é um ser humano diferente dos demais trabalhadores, tentando represar esse reajuste.

É óbvio que qualquer Prefeito, qualquer Administrador Público, editaria uma lei para que uma corrida de taxi do Itaim Paulista até Perus custasse 50 centavos. Isso traria um impacto popular muito positivo, mas acaba sendo inviável. Temos que trazer a realidade.

Existe um princípio no Direito Administrativo que é o equilíbrio econômico-financeiro de qualquer contrato público. Certamente, não estamos falando de contrato público, mas de uma autorização – em que pese muitos juristas a nomeiem como permissão, a verdadeira natureza jurídica da prestação de serviços de táxis, como já foi dito nesta mesa e como o Americano já me ensinou, é a autorização -, mas estamos subordinados ao interesse público.

Uma vez subordinados ao interesse público, temos que ter o equilíbrio econômico-financeiro. Não podemos admitir um taxista vendo a gasolina aumentar, como acontece nos últimos tempos, e fingirmos que não estamos vendo nada, que ele não terá de trabalhar mais

horas do deveria por dia, que vai ficar mais cansado, sujeito a causar mais acidentes – isso os 99,99% que são do bem; agora, os 0,0001% que são do mal podem usar de outros subterfúgios para se valer e compor essa diferença, porque ninguém quer ver a sua qualidade de vida diminuída.

Só fico um pouco triste em ver, de antemão, um pré-relatório da Comissão de Constituição e Justiça – voltarei a conversar com a Vereadora Juliana Cardoso, que exarou parecer pela inconstitucionalidade pelo vício de iniciativa.

Nós, Vereadores, temos que ser os primeiros a lutar contra essa coisa ruim que se chama vício de iniciativa. Existem matérias que têm, sim, que ter iniciativa exclusiva do poder executivo, mas não podemos ter o nosso poder cerceado em qualquer situação, mesmo porque, supondo – para os mais apegados às formalidades do que ao interesse público, uma sanção do Prefeito supre o vício de iniciativa.

Então, tenho certeza absoluta que um projeto desse, inclusive, com paradigmas tão importantes como da cidade de Guarulhos, nossa vizinha, administrada pelo mesmo partido do Prefeito de São Paulo, que já têm essa lei em pleno vigor, e aqui em São Paulo ainda não – é algo que não pode ser debitado somente na conta do atual Prefeito, pois vem de longa data, talvez, por medo de se enfrentar esse problema.

Tenho certeza que não é pela falta de luta dos representantes dos taxistas que são pessoas engajadas. Eu tinha cabelo e era magrinho, quando já ouvia falar do Natalício Bezerra como um grande lutador do direito dos taxistas. Temos aqui o nosso Vereador Salomão, também, que acabou de tomar posse e outras várias pessoas lutando por esses direitos. Tenho do meu lado uma referência, “o Professor Americano, que me ensina tudo sobre o assunto, tenho dois cunhados taxistas que me perturbam a toda hora para eu fazer a minha parte e brigar pelos direitos dos taxistas naquilo que humildemente posso fazer, sem ser especialista no assunto. Vou pedir ao Vereador Alfredinho, que representa muito bem o Partido dos Trabalhadores, e que preside esta Comissão, para que reveja e peça para que a Vereadora

Juliana Cardoso reveja esse parecer pela inconstitucionalidade do projeto, para que possamos seguir adiante, levando esse assunto em mais audiências públicas, na Comissão de Administração Pública, na Comissão de Finanças, e debater esse assunto com profundidade, não matá-lo na origem nesta Comissão de Constituição de Justiça. Caso contrário, estaremos esquecendo o que é mais importante: o debate desse assunto”.

Até aceitaria tranquilamente, se esse projeto não fosse aprovado em plenário, porque isso faz parte da democracia, mas após ser discutido nas Comissões pertinentes, em plenário.

Nobre Vereador Adilson Amadeu fez uma enfática defesa da categoria dos taxistas recentemente no plenário contra algo que a Prefeitura precisava ficar mais atenta, a Uber.

A Câmara Municipal de São Paulo, na Comissão de Constituição e Justiça, da qual tive o orgulho de fazer parte no ano de 2013 como Vice-Presidente, não pode cercear esse debate tão importante para a cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente Alfredinho, nobre Vereador, sei que é um lutador dessa categoria.

Estou sempre me juntando a todos porque quero o melhor. E, graças a Deus, ontem chegou uma pessoa querida a esta Casa, que está lutando e sempre lutou fora da Casa, o nosso querido Vereador Salomão. Nobre Vereador Benko, que é uma pessoa super disposta, um jurídico que conhece muito do que apresenta.

Eu não era nascido quando o meu avô foi taxista do primeiro ponto de táxi no Largo Santo Antônio do Pari, em 1934. De 1950 a 1978, a minha família toda foi taxista. Por isso chamo essa profissão de profissão nobre, porque os taxistas são psicólogos, são irmãos, eles atendem o filho, briga de marido e mulher, etc.

O Sr. Daniel, Diretor do DTP, tem sempre me atendido muito bem e sei que ele está procurando fazer o melhor, está sendo cauteloso em algumas questões que estão tomando conta da profissão pelo menos em São Paulo, e deverá tomar conta em Guarulhos, como já vem acontecendo no Rio de Janeiro, para onde vou, na próxima semana, que fui convidado para ver a disposição do que eles fizeram.

Também não poderia me esquecer do sempre Vereador Natalício Bezerra, sempre disposto à frente do Sindicato; e de todos os diretores, presidentes das cooperativas de taxis presentes, e todos os que pertencem a essa profissão.

Vejo muito de bom grado esse projeto. O nobre Vereador Benko está fazendo o melhor por essa categoria também. Mas precisamos ficar atentos, porque hoje o taxista está perdendo, no mínimo, de quatro a seis corridas na cidade de São Paulo. dos 34.600 taxistas na cidade de São Paulo, temos mais de 3.000 fronteiriços, que entram de Taboão, que entram de todo lado para cá. No Parque Continental estive ontem, na divisa da Corifeu com Osasco, e lá tem uma máfia de taxistas que estão pegando corrida do pessoal de São Paulo. E a Uber, quero deixar claro, é uma empresa de estelionatários profissionais. E eu estou, sim, trabalhando, e vou, com meu esforço, e com ajuda das pessoas, tirar pelo menos 100 por dia. Tem gravações que eles estão falando que nós, taxistas, e nisso me incluo, como Vereador, como munícipe, estamos sendo passados para trás. Quando falo “nós”, me refiro a pessoas da minha família, porque tenho pelo menos seis primos nessa área de taxista. Então logicamente um projeto de lei como esse precisa bem analisado, e o que o Governo, o Executiva venha junto, com as entidades de classe, verificar e analisar. Mas temos hoje uma doença muito ruim na categoria dos taxistas, que é a Uber, e nós precisamos combater. Como eles estão tomando conta do Rio de Janeiro, eles estão tomando conta de Brasília, e, atrás disso, também, quero deixar batido o martelo aqui, que além de ter grandes empresas, ainda tem locadoras que hoje colocam um carro porque, em seis meses, paga um Toyota. E todos os hotéis de São Paulo hoje têm pelo menos um carro que a Uber está pondo, porque o gerente de hotel está pagando

esse carro com a maior satisfação. Porque se ele for, no dia a dia, trabalhar, pagar pneu, pagar gasolina, o desgaste que esses homens têm, ele vai ganhar praticamente nada no final do mês, mas, mesmo assim, estão sobrevivendo, são guerreiros. Agora a Uber montou uma máfia. São estelionatários. A Polícia Civil, a Polícia Federal, o DTP, todo mundo tem que entrar nessa luta. Precisamos saber quem é. Não aparece o nome. O CNPJ é frio. Estou com a documentação toda. Então, Prof. Benko, e futuro candidato a prefeito, é o que eu falava ao Americano e à sua advogado, você é um guerreiro. Quero simplesmente estar junto, não quero atrapalhar. Se a categoria falar: “Adilson, você está atrapalhando, eu paro”. Mas eu quero estar junto, porque, se estiver juntos, as coisas vão ficar bem diferentes.

Permita-me o desabafo, Vereador Benko. V.Exa. está com o seu projeto aqui. Mas eu vejo assim: tudo que for de colaboração para essa categoria é nada, pelo que eles fazem pela cidade, São Paulo, mas pelo que eles fazem pelo Brasil. Eles são artesãos, são psicólogos, são médicos, são tudo. Até bêbado, me permita, porque o alcoólatra entra no carro do taxistas, e, se eles fossem maldosos, eles deixavam o bêbado pelado. Não, capaz até de dar um banho, colocar na cama, carregar. Então tem algumas coisas que me deixa perplexo, como por exemplo entrar um pessoal desse e fazer da maneira como está fazendo.

Aproveito a oportunidade, nobre Vereador Alfredinho. Não sei qual é a associação, mas, com todo o respeito ao Ceará: eu recebi uma carta muito malcriada, de que eu estaria me envolvendo com viúvas negras. Eu não estou me envolvi com viúvas negras, com ninguém, muito pelo contrário, sempre atendi todas as pessoas no meu gabinete. Então, Antonio Matias, presidente, eu quero declarar que jamais estive contra a categoria, quem não for da categoria vou para cima fortemente, seja quem for.

Meu pai não está vivo, se ele tivesse vivo e fosse da categoria dos taxistas ele iria para cima.

Então, Ceará, respondi para você? Mandei colocar no Sindicato. Vocês colocaram algumas linhas que não servem para mim. Se serve para qualquer outros de vocês, para mim

não servem, por isso mandei aquela resposta. E estou à disposição no meu gabinete, como estou aqui. Nem esperava que vocês estivessem aqui, mas aproveito a oportunidade para resolver isso. Faz malcriação comigo, devolvo com a justiça. E quando falam de coisas que não são verdadeiras, fico muito triste, porque jamais eu o tratei mal. Ao contrário, sempre com muita delicadeza e muito carinho a categoria.

Americano, se um dia vocês me falarem: “Adilson, você está atrapalhando a profissão”, então eu saio. Agora, em vez de ficarem brigando entre si, vamos à luta. Não adianta parar a cidade, vamos combater com a informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Vou passar a palavra ao Sr. Daniel para responder alguns questionamentos que foram feitos. Em seguida, encerraremos a Comissão.

O SR. DANIEL – Sobre o projeto que estamos debatendo, o PL 521/14, do Vereador Laércio Benko, como havia falado anteriormente, já está incluído no cálculo da tarifa o 13º salário.

Se o projeto for aprovado, teria de mudar a metodologia de cálculo da tarifa, porque não pode haver cobrança duas vezes do mesmo parâmetro de remuneração, e o Ministério Público vem para cima, como ocorreu no interior de São Paulo, ano passado, quando o Ministério Público entrou na justiça e impediu cobrança. Não me lembro do nome do município. Então estou apenas dando um alerta que estou dando do ponto de vista técnica sobre o assunto do PL, e não estou fazendo um juízo político disso.

Acho que as outras questões políticas precisam ser avaliadas, debatidas, assim como já tratamos de todas as categorias na cidade de São Paulo.

Por exemplo, a questão da Uber, que acho necessário fazer pelo menos um comentário disso. O DTP está tomando todas as medidas que a lei municipal possibilita e que as leis vigentes possibilitam. Além disso, não temos como fazer nada.

Quando ocorre, por exemplo, um caso que se trata de Artigo 47 das Contravenções

Penais, o que podemos fazer é noticiar a Delegacia de Polícia. Em qualquer caso que ocorra pela análise do depoimento no setor de disciplina, não temos poder de polícia no sentido criminal. Então temos de remeter ao órgão competente. A gente remete. Estamos remetendo agora a questão de crime cibernético para a Delegacia de Crime Cibernético. Então pegamos a parte do DTP que é a fiscalização do veículo, a fiscalização do condutor nós temos feito, temos apreendido os veículos. Hoje me informaram que já houve novas apreensões. Nesse final de semana houve apreensões. Na semana passada mandei mais de 30 veículos clandestinos para o Detran, para impedir o licenciamento, registro, porque estavam irregulares e o DTP faz a parte dele. Agora, há coisas que não competem ao DTP e tenho certeza que os outros órgãos vão tomar as medidas cabíveis.

Também precisamos debater a questão da regulamentação desse tipo de atividade econômica, principalmente se começam a querer usar veículos licenciados para executar outros tipos de serviços e que ficam fazendo qualquer tipo de tentativa de burlar a lei vigente. Mas era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Daniel.

O SR. _____ - Excelência, eu discordo do Dr. Daniel quando diz que é inserida a bandeira dois na tarifa. Ficamos quatro anos sem reajuste e a bandeira dois foi para onde?

Outra, o trabalhador que ganha salário mínimo também é inserido no salário dele para ele não receber nada no fim do ano?

Outra coisa, os taxistas para ingressarem nessa profissão precisam ter uma escolinha, ter um cadastro, carro legalizado, pagar impostos. Tudo legalizado para trabalhar com táxi na cidade de São Paulo. Um cidadão que ninguém conhece, pode ser um ladrão, um bandido. Uso o termo ladrão, porque esse negócio de patricinha não é comigo. Um ladrão trabalhando nesse cargo e as autoridades desse Município não veem isso? Não podem fazer

nada?

Desculpem, mas é lugar que não tem autoridade, porque se tem autoridade eles não trabalham. Trabalham em São Paulo porque não tem autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador. Tem a palavra o Sr. Antonio Matias, conhecido como Ceará, Presidente do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores nas Empresas de Táxi no Estado de São Paulo.

O SR. ANTONIO MATIAS – Quero agradecer ao nosso chefe Daniel que estava debatendo essa parte da tarifa, mas vou acompanhar o encaminhamento do Sr. Natalício. Todos os estados já fizeram isso, inclusive, a Grande São Paulo.

No ano passado solicitamos o 13º para o taxista que é a bandeira 2 no final do ano. E o reajuste é anual. Então se vir para esta Casa para ser votado pode contar com o Simtetaxi que estará junto mobilizando a categoria porque precisamos desse reajuste. São Paulo hoje é o formador de opinião no Brasil, por que ficamos atrás nesse ponto?

Falando agora para a Bancada e para o Vereador Alfredinho, o Simtetaxi deu entrada contra a Uber, em Brasília. Peço para passar o documento ao Presidente. E esse trabalho - como somos um sindicato de trabalhadores – foi feito primeiro com os trabalhadores e depois chamamos todo mundo para se unir. E graças a Deus o Sr. Natalício veio junto com a gente e junto com o Maranhão, com todo mundo. O Daniel está fazendo um trabalho sobre a Uber muito importante, muitas apreensões. Não dou espaço mesmo para o Daniel. Brigo muito com ele. É uma briga declarada.

Então estamos cobrando toda hora, inclusive, agora tivemos uma reunião com o Secretário dos Transportes e fui comunicado de que esta semana temos uma agenda com o Governador, o Secretário de Segurança Pública e o Delegado Geral a respeito da Uber. Fui fazer a comunicação e depois iremos protocolar um documento e também viemos protocolar aqui um documento, que acho que todos os Vereadores desta Casa deveriam fazer um projeto proibindo a Uber de se instalar via internet, no Estado e no Município de São Paulo.

Não tenho nada contra os Vereadores. Simplesmente o meu amigo, trabalhei muito para ajudá-lo e convidei para ir visitar o Sindicato e ele não foi. E no movimento sindical quando chamamos e o cara pipoca, chamamos de viúva negra. Mas pode entrar com o processo que não tem problema. Estamos unidos e vamos continuar unidos com a DTP, outros sindicatos e associações para debater e melhorar a falha que o DTP tem de não ter fiscais. Esse é um ponto que queremos cobrar também. Estou falando em nome de todos os sindicatos e todos os grupos que apoiam.

Também precisamos fazer com que o Jilmar contrate mais fiscais para ajudar na apreensão, porque não dá para fazer milagre com 40 fiscais, para podermos ter mais condições. O Simtetaxi está à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, fui citado e quero falar para o Ceará que amigo é aquele que está todo dia junto ou em casa. Foi feito o convite para ir ao sindicato, mas não tive tempo de ir, mas procuro fazer e já tenho projeto de lei contra a Uber. Já tenho e quando escrevem para mim, que é comando ou coisa parecida, não me assustam. Tem time que não me assusta. E o time de vocês, dessa maneira, não me assusta.

Então o projeto de lei contra a Uber eu já fiz. Já fui no 12º DP falar com o Titular, porque até hoje – o Daniel é cauteloso – ele não tem elementos, não tem mais gente para ir buscar esses carros, mas ele já levou da Uber oito carros registrados. E oito carros para 1.200 que já estão circulando e tirando o ganha pão dos senhores.

Agora, não falei que ia levar o seu caso para a Justiça, muito pelo contrário, prefiro fazer delicadamente como fiz: uma carta que mandei levar no Sindicato. Então menos comigo que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Adilson.

Dez segundos, senão você vai me atrapalhar.

(NÃO IDENTIFICADO) – Em 2014 foram feitas 145 mil abordagens a veículos na cidade de São Paulo. Então acredito que há um trabalho de fiscalização muito bom na cidade de São Paulo.

Agora, não é fácil flagrar um trabalho quando na hora da ação da fiscalização o usuário não contribuir em dizer: realmente estou usando um aplicativo e paguei tanto. Enquanto o usuário não ajudar isso dificulta a fiscalização.

Então peço que os usuários que estão nos ouvindo nos ajudem nesse trabalho para que a gente consiga ter mais eficiência do que temos, porque no ano passado abordamos 145 mil veículos na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado. Não havendo nada mais a tratar está encerrada a audiência pública ao PL.
